FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciências Jurídica

5 razões para escolher esta disciplina

1. Combina os fundamentos clássicos do Direito Administrativo com os desafios jurídicos mais atuais da transformação digital.
2. Oferece uma abordagem pioneira e sistemática ao Direito Administrativo da Internet em Portugal.
3. Integra temas centrais como IA, plataformas digitais, cibersegurança, governo de dados e administração eletrónica.
4. Articula perspetivas nacionais, europeias e internacionais sobre regulação e governação digital.
5. Desenvolve competências essenciais para investigação, regulação pública e prática jurídica na era digital.

Unidade curricular

Direito Administrativo da Internet - Turma C

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Domingos Miguel Soares Farinho - 120 minutos por semana

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

N/A

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A unidade curricular visa proporcionar aos estudantes uma compreensão aprofundada dos principais problemas jurídicos suscitados pela Internet e pela transformação digital da Administração Pública, articulando os fundamentos clássicos do Direito Administrativo com os novos desafios da regulação digital, da inteligência artificial, da governação de dados e da atividade administrativa em linha. Pretende-se desenvolver capacidades de análise crítica, investigação e aplicação prática do Direito Administrativo da Internet em contextos nacionais, europeus e internacionais.

Conteúdos programáticos

Tema: Direito Administrativo da Internet

Programa

PARTE I
Introdução ao Direito Administrativo da Internet
Capítulo I
A Internet e o Direito Administrativo

1. A Internet como conceito técnico e social

2. Origem e evolução até ao período atual
3. A Internet como objeto de atribuições públicas

Capítulo II
Denominação, conceito, função e estrutura do Direito Administrativo da Internet

4. A denominação Direito Administrativo da Internet
5. O conceito de Direito Administrativo da Internet
6. O Direito Administrativo da Internet como Direito Administrativo especial
7. Direito Administrativo da Internet especial
8. Estrutura essencial do Direito Administrativo da Internet

Capítulo III
As fontes do Direito Administrativo da Internet

9. As fontes do Direito Administrativo da Internet

Capítulo IV
Princípios de Direito Administrativo da Internet

10. Considerações introdutórias
11. Princípios de Direito Administrativo geral aplicados na Internet
12. Princípios gerais de Direito Administrativo da Internet

PARTE II
Direito da Organização da Administração Pública na Internet
Capítulo I
Critérios de análise da organização administrativa na Internet

13. Critérios de análise da organização administrativa na Internet

Capítulo II
As mutações organizacionais motivadas pela Internet

14. As mutações organizacionais motivadas pela Internet

Capítulo III
As atribuições e as entidades da Administração Pública da Internet

15. Tipos de atribuições referentes à Internet
16. As entidades administrativas com atribuições referentes à Internet
17. Os mecanismos de controlo político-administrativo sobre as entidades que prosseguem atribuições públicas referentes à Internet

PARTE III
Direito da Atividade Administrativa na Internet

Capítulo I
Procedimento administrativo na Internet

18. Considerações introdutórias sobre procedimento administrativo e Internet
19. O procedimento administrativo em linha

Capítulo II
Formas de atividade administrativa na Internet

20. Formas de atuação administrativa em linha
21. Balanço: Direito Administrativo, Automatização e Internet

Capítulo III
Execução da atividade administrativa na Internet
22. Considerações introdutórias
23. Especificidades da execução administrativa na Internet

PARTE IV
Direito da Regulação Administrativa da Internet

Capítulo I
Enquadramento do direito da regulação administrativa da Internet
24. Introdução
25. Modelos regulatórios
26. Os domínios administrativos regulatórios na Internet

Capítulo II
As relações institucionais

27. O plano institucional

Parte V
Responsabilidade da Administração pela prossecução de atribuições públicas na Internet
Capítulo I
Fundamentos
28. Fundamento e enquadramento geral da responsabilidade administrativa em ambiente digital

Capítulo II
Imputação da responsabilidade
29. Imputação da atividade administrativa na Internet

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Com os conteúdos previstos estudam-se e aprofundam-se todos os aspetos que concorrem para o conhecimento do Direito Administrativo da Internet e a reflexão sobre os seus casos difíceis e inovadores.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

1. Análise, individual e conjunta, de diplomas legais e administrativos;
2. Comentário e discussão sobre opções organizativas administrativas
3. Estudo de casos
4. Apresentações individuais dos alunos
5. Realização de um trabalho final sobre uma entidade pública específica

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia apresentada permite, num primeiro momento a criação das bases de conhecimento para uma reflexão individual e em grupo, avançando depois para a produção de pensamento e trabalho próprio sobre o Direito Administrativo da Internet

Bibliografia principal

Bibliografia essencial (a atualizar no início do semestre)

- Farinho, Domingos Soares, "The Portuguese Charter of Human Rights in the Digital Age: a legal appraisal", *Revista Española de la Transparencia*, n.º 13, 2021, pp. 85-105.

  "Os direitos humanos no Regulamento serviços Digitais (Digital Services Act) da União Europeia" in Duarte, Maria Luísa; Gil, Ana Rita; e Freitas, Tiago Fidalgo de (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito: Proteção no Quadro Europeu e Internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022
- Otero, Paulo, "Manual de Direito Administrativo", Vol. I, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 484-496.
- Silva, Vasco Pereira da, "Los Derechos Fundamentales y la Constitución Digital" in Callejón, Francisco Balaguer e Sarlet, Ingo Wolfgang (dir.), *Derechos Fundamentales y Democracia em el Constitucionalismo Digital*, Cizur Menor, Aranzadi , 2023 pp. 439-460

  "Digitalização em Direito Constitucional e Administrativo" in Almeida, Mário Aroso; Gouveia, Mariana França; Pinto, Frederico de Lacerda da Costa; Eiró, Vera; Ribeiro, Gonçalo de Almeida (coord.), *Estudos em homenagem ao Professor Doutor João Caupers*, Vol. 2, Lisboa, Gestlegal, 2024, pp. 653-678;

  "The new world of information and new technologies in constitucional and administrative law" in Buck-Heeb, Petra e Oppermann, Bernd H. (org.), *Automatisierte Systeme*, Münchem, C.H. Beck, 2022, pp. 425-435 (também em ELPIS, V-Law Review, n.º 3, 2021, 31m25s e ss, disponível em http://www.elpisnetwork.eu/elpis-v-law-review-no-3-2021-3/

1.2. Organização administrativa

- Neves, Ana F., "Direito da Organização Administrativa e Serviço Público", Coimbra, Almedina, 2023, pp. 131-154.

1.3. Atividade em linha (Administração eletrónica)

- Gonçalves, Pedro Costa, "Regime Jurídico da Administração Pública Eletrónica (tópicos)" in Oliveira, Fernanda Paula; Moniz, Ana Raquel Gonçalves; Correia, Jorge André Alves; Gonçalves, Pedro Costa (ed.), Estudos de homenagem ao Professor Doutor Fernando Alves Correia, Vol. 1, Coimbra, Almedina, 2023, pp. 955-1005
- Leitão, Alexandra, "A Administração Pública eletrónica: oportunidades e desafios" in CJA, n.º 152, 2003, pp. 24-33
- Roque, Miguel Prata, "Administração eletrónica e automatização: Contributos para uma reformulação da teoria geral das atuações administrativas" in Otero, Paulo; Gomes, Carla Amado; e Serrão, Tiago (org.), *Estudos em Homenagem a Rui Machete*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 755-795
- Silva, Vasco Pereira da, "Em Busca do Ato Administrativo Perdido", Coimbra, Almedina, 1998 (1995), pp. 481-489

1.4. Procedimento Administrativo na Internet

- Gonçalves, Pedro Costa, "Eficiência e transparência na contratação pública: a contratação eletrónica", in Andrade, José Carlos Vieira de; Silva, Suzana Tavares da (coord.), *As reformas do sector público (perspectiva ibérica no contexto pós-crise)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, 177-192.
- Jardim, Ana França; Raimundo, Miguel Assis, "O Balcão Único Eletrónico" in Gomes, Carla Amado; Neves, Ana F.; Serrão, Tiago (coord.), Lisboa, AAFDL, 5.ª edição, 2020, pp. 631-666.
- Neves, Ana F., "Procedimento administrativo eletrónico" in Gomes, Carla Amado; Neves, Ana F.; Neto, Eurico Bitencourt (coords), V Colóquio Luso-Brasileiro de Direito Público – Em homenagem ao Prof. Doutor José
- Roque, Miguel Prata, " O Nascimento da Administração Electrónica num espaço Transnacional (Breves Notas a Propósito do Projecto de revisão do Código do Procedimento Administrativo", e-Pública, Vol. 1, n.º 1, 2014, pp. 307-321.

"Administração eletrónica e automatização: contributos para uma reformulação da teoria geral das atuações administrativas" in Otero, Paulo; Gomes, Carla Amado; Serrão, Tiago (coord.), Estudos em Homenagem a Rui Machete, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 755-795.

"O Procedimento Administrativo Eletrónico" in Gomes, Carla Amado; Neves, Ana F.; Serrão, Tiago (coord.), Lisboa, AAFDL, 5.ª edição, 2020, pp. 599-630

- Silva, Vasco Pereira da, "Em Busca do Ato Administrativo Perdido", Coimbra, Almedina, 1998 (1995), pp. 481-489

1.5. Inteligência Artificial

- Farinho, Domingos Soares, "Os Direitos Fundamentais no Regulamento de Inteligência Artificial: levando os Direitos Fundamentais a sério ou manobra de diversão" in Alfar, André; Almeida, João; Soares, João Luz (org.), *AI Act - O novo Regulamento de Inteligência Artificial europeu*, Coimbra, Almedina, 2025, pp. 545-568.
- Silva, Artur Flamínio da, "Inteligência Artificial e Direito Administrativo" in Silva, Artur Flamínio da (coord.), *Direito Administrativo e Tecnologia*, Coimbra, Almedina, 3.ª edição, 2023, pp. 11-32
- Tavares, Rodrigo Chrystêllo, "O Papel da Inteligência Artificial na Atuação Administrativa em Portugal", Lisboa, AAFDL, 2025.

1.6. Regulação Digital

- Castro, Raquel Brízida de, "Direito Constitucional: Ciberespaço e Tecnologia – Declínio do Constitucionalismo", Coimbra, Almedina, 2023, pp. 69-106
- Egídio, Mariana Melo, "Social Networks and the Exercise of Fundamental Rights: Public Administraton and the Digitalization of Fundamental Rights" in Morais, Carlos Blanco; Mendes, Gilmar Ferreira; Vesting, Thomas, *The Rule of Law in Cyberspace*, Cham, Springer, 2022, pp. 217-238
- Farinho, Domingos Soares, "Intimidade e Media no Ciberespaço", Coimbra, Almedina, 2006

"Delimitação do espectro regulatório de redes sociais" in Nery, Nelson; Abboud, Georges; e Campos, Ricardo, *Fake News e Regulação*, São Paulo, Thomson Reuteurs - Revista dos Tribunais, 2.ª edição, 2020 p. 29-90;

"Fundamental rights and conflict resolution in the Digital Services Act Proposal: a first approach", *e-Pública*, Vol. 9, n.º 1, 2022, pp. 75-103;

"Models of Legal Liability for Social Networks: Between Germany and Portugal" (with Ricardo Resende Campos), in Morais, Carlos Blanco; Mendes, Gilmar Ferreira; and Vesting, Thomas, *The Rule of Law in Cyberspace* (eds.), Cham: Springer, 2022, pp. 331-348;

Self-Regulation and Public Regulation of Social Networks in Portugal" in Morais, Carlos Blanco; Mendes, Gilmar Ferreira; and Vesting, Thomas (eds), *The Rule of Law in Cyberspace*, Cham: Springer, 2022, pp. 349-385;

"O Regulamento dos Serviços Digitais da União Europeia (EU Digital Services Act): Uma visão a partir do Direito Administrativo Regulatório" in RDA - Revista de Direito Administrativo, n.º 18, AAFDL, 2023, pp. 29-41;

"Personal Data Processing of Online Platforms' and Search Engines' Users: The case of the EU Digital Services Act", *Public Governance, Administration and Finances Law Review*, Vol. 9, No 1, 2024, pp. 37-58.

- Gonçalves, Maria Eduarda, "Ciberdireito", Coimbra, Almedina, 2025
- Gonçalves, Pedro, "Regulação Pública de Conteúdos na Internet em Portugal: Contributo para a compreensão da designada "solução provisória de litígios" pela Administração Pública no âmbito do Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro" in Direito da Sociedade da Informação (VII), Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pp. 107-128

1.7. Governo de Dados

- Farinho, Domingos Soares, "O tratamento de dados pessoais na prossecução do interessse público e o Regulamento Geral de Proteção de Dados: uma primeira abordagem" in Martins, Ana Gouveia et al. (ed.), *IX Encontro de Professores de Direito Público*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2017, pp. 67-76;

"Interesse público e exercício de autoridade pública como fundamentos de licitude de tratamento de dados pessoais" in Farinho, Domingos Soares; Marques, Francisco Paes; e Freitas, Tiago Fidalgo de, *Direito da Proteção de Dados - Perspetivas Públicas e Privadas*, Coimbra, Almedina, 2023, pp. 157-182;

Comentários aos artigos 4.º/1, 4.º/3, 6.º/1/f) – especificamente a Marketing; Big Data; Gravação de vídeo – 18.º e 98.º in Prof. Dr. Indra Spiecker gen. Döhmann, LL.M. (Georgetown), Prof. Dr. Vagelis Papakonstantinou, Prof. Dr. Gerrit Hornung, Prof. Paul De Hert (ed.), *General Data Protection Regulation - Article-by-Article Commentary*, Nomos, 2023.

1.8. Responsabilidade

- Garcia, Beatriz, "A Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das Demais Entidades Públicas por Danos Decorrentes de Inteligência Artificial no Exercício da Função Administrativa", Lisboa, AAFDL, 2025

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course
Master in Law and Legal Science

5 reasons to choose this course

1. It combines the classical foundations of Administrative Law with the most current legal challenges of digital transformation.
2. It offers a pioneering and systematic approach to Internet Administrative Law in Portugal.

3. It integrates key topics such as AI, digital platforms, cybersecurity, data governance, and e-government.
4. It articulates national, European, and international perspectives on digital regulation and governance.
5. It develops essential skills for academic research, public regulation, and legal practice in the digital age.

Curricular unit

Administrative Law of the Internet - C Class

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Domingos Soares Farinho - 2 hours/week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

N/A

Learning outcomes of the curricular unit

The curricular unit aims to provide students with an in-depth understanding of the main legal issues raised by the Internet and the digital transformation of Public Administration, combining the classical foundations of Administrative Law with the new challenges of digital regulation, artificial intelligence, data governance, and online administrative activity. The course seeks to develop students' critical analysis, research, and practical application skills in the field of Internet Administrative Law within national, European, and international contexts.

Syllabus

Syllabus

PART I
Introduction to Internet Administrative Law
Chapter I
The Internet and Administrative Law
1. The Internet as a technical and social concept
2. Origins and evolution up to the present period
3. The Internet as an object of public functions

Chapter II
Designation, concept, function, and structure of Internet Administrative Law
4. The designation "Internet Administrative Law"
5. The concept of Internet Administrative Law
6. Internet Administrative Law as a special branch of Administrative Law
7. Special Internet Administrative Law
8. Essential structure of Internet Administrative Law

Chapter III
Sources of Internet Administrative Law
9. Sources of Internet Administrative Law

Chapter IV
Principles of Internet Administrative Law
10. Introductory considerations
11. General Administrative Law principles applied to the Internet
12. General principles of Internet Administrative Law

PART II
Law of the Organization of Public Administration on the Internet
Chapter I
Criteria for analysing administrative organization on the Internet
13. Criteria for analysing administrative organization on the Internet
Chapter II
Organizational transformations driven by the Internet
14. Organizational transformations driven by the Internet
Chapter III
Functions and entities of Internet Public Administration
15. Types of functions relating to the Internet
16. Administrative entities with functions relating to the Internet
17. Political-administrative control mechanisms over entities pursuing public functions relating to the Internet

PART III
Law of Administrative Activity on the Internet
Chapter I
Administrative procedure on the Internet
18. Introductory considerations on administrative procedure and the Internet
19. Online administrative procedure
Chapter II
Forms of administrative activity on the Internet
20. Forms of online administrative action
21. Assessment: Administrative Law, Automation, and the Internet
Chapter III
Execution of administrative activity on the Internet
22. Introductory considerations
23. Specificities of administrative execution on the Internet

PART IV
Law of Administrative Regulation of the Internet
Chapter I
Framework of the law of administrative regulation of the Internet
24. Introduction
25. Regulatory models
26. Administrative regulatory domains on the Internet
Chapter II
Institutional relationships
27. The institutional dimension

PART V
Liability of Public Administration in the Pursuit of Public Functions on the Internet
Chapter I
Foundations
28. Foundations and general framework of administrative liability in the digital environment
Chapter II
Attribution of administrative liability
29. Attribution of administrative activity on the Internet

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The foreseen syllabus allows for the study and strengthening of all the aspects that make the body of knowledge on the Administrative Law of the Internet and the questioning of its most hard and innovative cases.

FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Teaching methodologies (including evaluation)

1. Analysis, both individually and in group, of legal and administrative statutes;
2. Commentary and discussion on administrative organization options
3. Case study
4. Individual presentations by students
5. Final paper on a specific chosen administrative organization (entity)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The presented methodology allows, from the start, for the creation of a basis of knowledge upon which to reflect, both individually and in group, on the subjet of Administrative Law of the Internet and moving to the production of own research and findings.

Main Bibliography

Essential References:

- Farinho, Domingos Soares, "The Portuguese Charter of Human Rights in the Digital Age: a legal appraisal", *Revista Española de la Transparencia*, n.º 13, 2021, pp. 85-105.

  "Os direitos humanos no Regulamento serviços Digitais (Digital Services Act) da União Europeia" in Duarte, Maria Luísa; Gil, Ana Rita; e Freitas, Tiago Fidalgo de (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito: Proteção no Quadro Europeu e Internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022
- Otero, Paulo, "Manual de Direito Administrativo", Vol. I, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 484-496.
- Silva, Vasco Pereira da, "Los Derechos Fundamentales y la Constitución Digital" in Callejón, Francisco Balaguer e Sarlet, Ingo Wolfgang (dir.), *Derechos Fundamentales y Democracia em el Constitucionalismo Digital*, Cizur Menor, Aranzadi , 2023 pp. 439-460

  "Digitalização em Direito Constitucional e Administrativo" in Almeida, Mário Aroso; Gouveia, Mariana França; Pinto, Frederico de Lacerda da Costa; Eiró, Vera; Ribeiro, Gonçalo de Almeida (coord.), *Estudos em homenagem ao Professor Doutor João Caupers*, Vol. 2, Lisboa, Gestlegal, 2024, pp. 653-678;

  "The new world of information and new technologies in constitucional and administrative law" in Buck-Heeb, Petra e Oppermann, Bernd H. (org.), *Automatisierte Systeme*, Münchem, C.H. Beck, 2022, pp. 425-435 (também em ELPIS, V-Law Review, n.º 3, 2021, 31m25s e ss, disponível em http://www.elpisnetwork.eu/elpis-v-law-review-no-3-2021-3/

1.2. Administrative Organisation

- Neves, Ana F., "Direito da Organização Administrativa e Serviço Público", Coimbra, Almedina, 2023, pp. 131-154.

1.3. Online Administration

- Gonçalves, Pedro Costa, "Regime Jurídico da Administração Pública Eletrónica (tópicos)" in Oliveira, Fernanda Paula; Moniz, Ana Raquel Gonçalves; Correia, Jorge André Alves; Gonçalves, Pedro Costa (ed.), Estudos de homenagem ao Professor Doutor Fernando Alves Correia, Vol. 1, Coimbra, Almedina, 2023, pp. 955-1005
- Leitão, Alexandra, "A Administração Pública eletrónica: oportunidades e desafios" in CJA, n.º 152, 2003, pp. 24-33
- Roque, Miguel Prata, "Administração eletrónica e automatização: Contributos para uma reformulação da teoria geral das atuações administrativas" in Otero, Paulo; Gomes, Carla Amado; e Serrão, Tiago (org.), *Estudos em Homenagem a Rui Machete*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 755-795
- Silva, Vasco Pereira da, "Em Busca do Ato Administrativo Perdido", Coimbra, Almedina, 1998 (1995), pp. 481-489

1.4. Online Administrative Procedure

- Gonçalves, Pedro Costa, "Eficiência e transparência na contratação pública: a contratação eletrónica", in Andrade, José Carlos Vieira de; Silva, Suzana Tavares da (coord.), *As reformas do sector público (perspectiva ibérica no contexto pós-crise)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, 177-192.
- Jardim, Ana França; Raimundo, Miguel Assis, "O Balcão Único Eletrónico" in Gomes, Carla Amado; Neves, Ana F.; Serrão, Tiago (coord.), Lisboa, AAFDL, 5.ª edição, 2020, pp. 631-666.
- Neves, Ana F., "Procedimento administrativo eletrónico" in Gomes, Carla Amado; Neves, Ana F.; Neto, Eurico Bitencourt (coords), V Colóquio Luso-Brasileiro de Direito Público – Em homenagem ao Prof. Doutor José
- Roque, Miguel Prata, " O Nascimento da Administração Electrónica num espaço Transnacional (Breves Notas a Propósito do Projecto de revisão do Código do Procedimento Administrativo", e-Pública, Vol. 1, n.º 1, 2014, pp. 307-321.

"Administração eletrónica e automatização: contributos para uma reformulação da teoria geral das atuações administrativas" in Otero, Paulo; Gomes, Carla Amado; Serrão, Tiago (coord.), Estudos em Homenagem a Rui Machete, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 755-795.

"O Procedimento Administrativo Eletrónico" in Gomes, Carla Amado; Neves, Ana F.; Serrão, Tiago (coord.), Lisboa, AAFDL, 5.ª edição, 2020, pp. 599-630

- Silva, Vasco Pereira da, "Em Busca do Ato Administrativo Perdido", Coimbra, Almedina, 1998 (1995), pp. 481-489

1.5. Artificial Intelligence

- Farinho, Domingos Soares, "Os Direitos Fundamentais no Regulamento de Inteligência Artificial: levando os Direitos Fundamentais a sério ou manobra de diversão" in Alfar, André; Almeida, João; Soares, João Luz (org.), *AI Act - O novo Regulamento de Inteligência Artificial europeu*, Coimbra, Almedina, 2025, pp. 545-568.
- Silva, Artur Flamínio da, "Inteligência Artificial e Direito Administrativo" in Silva, Artur Flamínio da (coord.), *Direito Administrativo e Tecnologia*, Coimbra, Almedina, 3.ª edição, 2023, pp. 11-32
- Tavares, Rodrigo Chrystêllo, "O Papel da Inteligência Artificial na Atuação Administrativa em Portugal", Lisboa, AAFDL, 2025.

1.6. Digital Regulation

- Castro, Raquel Brízida de, "Direito Constitucional: Ciberespaço e Tecnologia – Declínio do Constitucionalismo", Coimbra, Almedina, 2023, pp. 69-106
- Egídio, Mariana Melo, "Social Networks and the Exercise of Fundamental Rights: Public Administraton and the Digitalization of Fundamental Rights" in Morais, Carlos Blanco; Mendes, Gilmar Ferreira; Vesting, Thomas, *The Rule of Law in Cyberspace*, Cham, Springer, 2022, pp. 217-238
- Farinho, Domingos Soares, "Intimidade e Media no Ciberespaço", Coimbra, Almedina, 2006

"Delimitação do espectro regulatório de redes sociais" in Nery, Nelson; Abboud, Georges; e Campos, Ricardo, *Fake News e Regulação*, São Paulo, Thomson Reuteurs - Revista dos Tribunais, 2.ª edição, 2020 p. 29-90;

"Fundamental rights and conflict resolution in the Digital Services Act Proposal: a first approach", *e-Pública*, Vol. 9, n.º 1, 2022, pp. 75-103;

"Models of Legal Liability for Social Networks: Between Germany and Portugal" (with Ricardo Resende Campos), in Morais, Carlos Blanco; Mendes, Gilmar Ferreira; and Vesting, Thomas, *The Rule of Law in Cyberspace* (eds.), Cham: Springer, 2022, pp. 331-348;

Self-Regulation and Public Regulation of Social Networks in Portugal" in Morais, Carlos Blanco; Mendes, Gilmar Ferreira; and Vesting, Thomas (eds), *The Rule of Law in Cyberspace*, Cham: Springer, 2022, pp. 349-385;

"O Regulamento dos Serviços Digitais da União Europeia (EU Digital Services Act): Uma visão a partir do Direito Administrativo Regulatório" in RDA - Revista de Direito Administrativo, n.º 18, AAFDL, 2023, pp. 29-41;

"Personal Data Processing of Online Platforms' and Search Engines' Users: The case of the EU Digital Services Act", *Public Governance, Administration and Finances Law Review*, Vol. 9, No 1, 2024, pp. 37-58.

- Gonçalves, Maria Eduarda, "Ciberdireito", Coimbra, Almedina, 2025
- Gonçalves, Pedro, "Regulação Pública de Conteúdos na Internet em Portugal: Contributo para a compreensão da designada "solução provisória de litígios" pela Administração Pública no âmbito do Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro" in Direito da Sociedade da Informação (VII), Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pp. 107-128

1.7. Data Governance

- Farinho, Domingos Soares, "O tratamento de dados pessoais na prossecução do interessse público e o Regulamento Geral de Proteção de Dados: uma primeira abordagem" in Martins, Ana Gouveia et al. (ed.), *IX Encontro de Professores de Direito Público*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2017, pp. 67-76;

"Interesse público e exercício de autoridade pública como fundamentos de licitude de tratamento de dados pessoais" in Farinho, Domingos Soares; Marques, Francisco Paes; e Freitas, Tiago Fidalgo de, *Direito da Proteção de Dados - Perspetivas Públicas e Privadas*, Coimbra, Almedina, 2023, pp. 157-182;

Comentários aos artigos 4.º/1, 4.º/3, 6.º/1/f) – especificamente a Marketing; Big Data; Gravação de vídeo – 18.º e 98.º in Prof. Dr. Indra Spiecker gen. Döhmann, LL.M. (Georgetown), Prof. Dr. Vagelis Papakonstantinou, Prof. Dr. Gerrit Hornung, Prof. Paul De Hert (ed.), *General Data Protection Regulation - Article-by-Article Commentary*, Nomos, 2023.

1.8. Liability

- Garcia, Beatriz, "A Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das Demais Entidades Públicas por Danos Decorrentes de Inteligência Artificial no Exercício da Função Administrativa", Lisboa, AAFDL, 2025

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.